



CONTRATO

Nº 002/2026-PMA

Proc. nº **4166/2025**;

ID CidadES TCE-ES nº **2026.008E0700001.16.0001**;

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

*CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES E A
EMPRESA ALEA COMERCIAL LTDA.*

DAS PARTES:

I - MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo - Centro - Apiacá-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.604/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Márcio José de Melo Chierici, CPF nº 014.159.597-30, RG nº 918366 SSP ES, doravante denominado **CONTRATANTE**;

II – ALEA COMERCIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 12.011.917/0003-32, com sede na Rua Alfredo Merlo, nº 560, Setor 1 (A) Box 21, Rio Marinho – Vila Velha-ES, CEP.: 29.112-360, representada por Victor Freitas Medeiros, brasileiro, advogado, solteiro, CPF nº 007.643.675-60 e RG nº 1005395217 – SSP-BA, doravante denominada **CONTRATADA**.

1. Cláusula Primeira – OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISICÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DE NATUREZA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA USO EM ATIVIDADES ESCOLARES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025 DO CONLESTE MARANHENSE (Consórcio Público Intermunicipal Norte e Leste Maranhense)**;

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Edital nº 024/2024 – Conleste;
- 1.2.2 O Pregão nº 025/2024 – Conleste;
- 1.2.3. O Processo Administrativo nº 097/2024 – Conleste;
- 1.2.4. O Termo de Referência;
- 1.2.5. A Proposta do Contratado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 1 (um) ano, encerrando-se em **21/01/2027**, prorrogável por igual período, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo e demais exigências previstas em Lei.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **RS 278.925,00 (duzentos e setenta e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO;

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/12/2025.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, de índice específico ao objeto a ser realizado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao(s) índice substituto(s), as partes elegerão novo(s) índice(s) oficial(is), para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto, conforme condições, quantidades, valores referenciais e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua



proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Conforme definido no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.2.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.4. compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como, amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES.

070001.1212200042.119 – Secretaria Municipal de Educação – Manutenção da Secretaria de Educação – Ficha 179 – Fonte Recurso 155000000000.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES



15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês. (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacá-ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Apiacá-ES, 21 de janeiro de 2026.

MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES

Representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal
Márcio José de Melo Chierici
CONTRATANTE

ALEA COMERCIAL LTDA

Representada por Victor Freitas Medeiros
CONTRATADA

Fernanda Ramos Pereira

CPF nº 110.966.577-67

Fiscal do Contrato

Portaria nº 2162/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

TESTEMUNHAS:

1 - Nome: Carlos Magno de Oliveira;

CPF nº: 652.357.547-00.

2 - Nome: Sávio Maximo Ribeiro;

CPF nº: 144.255.867-94.

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS

ITEM I KIT P/ CRIANÇAS DE 3 (TRÊS) ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Borracha branca escolar.	UND	1500	MERCUR	R\$ 0,60	R\$ 900,00
6	Cola branca escolar.	FR	1500	MAKE	R\$ 3,90	R\$ 5.850,00
11	Copo infantil.	UND	150	PLASUTIL	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
14	Massa para modelar.	CX	700	MAKE	R\$ 6,90	R\$ 4.830,00
ITEM II KIT P/ CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) A 5 (CINCO) ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	Tesoura escolar.	UND	1100	GATTE	R\$ 6,90	R\$ 7.590,00
11	Giz de Cera	Cx	700	MAKE	R\$ 21,00	R\$ 14.700,00
12	Garrafa, tipo "squeeze".	UND	1000	ECOPLAST	R\$ 13,70	R\$ 13.700,00
ITEM III KIT P/ CRIANÇAS DO 1º, 2º E 3º ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Apontador com depósito.	UND	1500	GATTE	R\$ 1,32	R\$ 1.980,00
2	Lápis de cor 24 cores	Cx	1500	Make	R\$ 21,80	R\$ 32.700,00

Adm. 2025/2028



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

6	Lápis grafite.	UND	5000	MAKE	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
7	Régua escolar 30cm.	UND	1000	MAKE	R\$ 2,99	R\$ 2.990,00
8	Caneta hidrográfica.	UND	1000	GATTE	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00
10	Caderno escolar pautado.	UND	6000	MAXIMA	R\$ 15,80	R\$ 94.800,00
ITEM IV KIT P/ CRIANÇAS DO 4º, 5º e 6º ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7	Caneta esferográfica azul.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
8	Caneta esferográfica preta.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
9	Caneta esferográfica vermelha.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
14	Caderno universitário uma matéria.	UND	3000	MAXIMA	R\$ 16,60	R\$ 49.800,00
15	Caderno de desenho.	UND	1000	MAXIMA	R\$ 15,44	R\$ 15.440,00
ITEM VI KIT P/ EJA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	Borracha branca com cinta.	UND	200	MAKE	R\$ 2,30	R\$ 460,00
13	Marcador de texto.	CJ	250	GATTE	R\$ 14,60	R\$ 3.650,00
14	Calculadora de bolso.	UND	150	GATTE	R\$ 11,30	R\$ 1.695,00
ITEM XII KIT P/ PROFESSORES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Apagador para quadro branco.	UND	100	GATTE	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
4	Marcador para quadro branco azul.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
5	Marcador para quadro branco preto.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
6	Marcador para quadro branco vermelho.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
TOTAL GERAL						R\$ 278.925,00



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DE NATUREZA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA USO EM ATIVIDADES ESCOLARES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente termo de referência visa subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de Apiacá na aquisição de material de expediente e de natureza didático-pedagógica para uso em atividades escolares, os materiais desempenham um papel essencial no funcionamento adequado das atividades administrativas e pedagógicas.

Os materiais de escritório garantirão organização e o bom andamento das atividades administrativas e serão usados para elaboração de documentos, armazenamento e controle de documentos de maneira eficiente e acessível, para permitir comunicação interna e externa mais ágil entre a Secretaria, as escolas, e outros órgãos ou entidades.

Os materiais escolares, por sua vez, serão fundamentais para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, contribuirão para apoio ao aprendizado dos alunos, acessibilidade ao ensino, estimulação da criatividade, além de serem usados em atividades lúdicas. Os professores dependem de materiais adequados para o planejamento e execução das aulas. Sem esses materiais, a preparação e a organização das atividades pedagógicas ficariam prejudicadas, o que impactaria diretamente a qualidade do ensino no planejamento de aulas, nas Avaliações.

A organização de um ambiente escolar também é um fator fundamental para o aprendizado. Materiais como pranchetas, quadros, lousas, apagadores e outros itens contribuem para manter a sala de aula funcional e agradável, o que tem um impacto positivo na motivação dos alunos.

A rede municipal de educação frequentemente enfrenta uma rotatividade de alunos, o que demanda um aumento proporcional nos recursos materiais. A compra de materiais de escritório e escolares em quantidade suficiente para suprir essa demanda é essencial para garantir que todos os alunos e funcionários tenham o necessário para desempenharem suas funções de maneira eficiente.

A compra de materiais adequados também impacta diretamente a logística escolar, pois proporcionam Gestão de estoques e otimização de recursos.

A disponibilização de materiais adequados para todos os alunos é uma maneira de promover a inclusão e a igualdade educacional, em muitas comunidades, especialmente nas mais carentes, a falta de materiais básicos pode ser um obstáculo significativo para o aprendizado.

A compra de materiais será realizada por meio de processo licitatório transparente, conforme exigido pela legislação. Isso garante que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente, respeitando os princípios da legalidade, isonomia e publicidade.

Os materiais garantem não apenas a infraestrutura necessária para a gestão administrativa, mas também cria um ambiente de ensino adequado, que favorece o aprendizado de alunos e o trabalho de educadores. Além disso, essa ação reflete diretamente na promoção de igualdade educacional e na eficiência no uso dos recursos públicos.

3. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE:

ITEM I KIT P/ CRIANÇAS DE 3 (TRÊS) ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Borracha branca escolar.	UND	1500	MERCUR	R\$ 0,60	R\$ 900,00
6	Cola branca escolar.	FR	1500	MAKE	R\$ 3,90	R\$ 5.850,00
11	Copo infantil.	UND	150	PLASUTIL	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

14	Massa para modelar.	CX	700	MAKE	R\$ 6,90	R\$ 4.830,00
ITEM II KIT P/ CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) A 5 (CINCO) ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	Tesoura escolar.	UND	1100	GATTE	R\$ 6,90	R\$ 7.590,00
11	Giz de Cera	Cx	700	MAKE	R\$ 21,00	R\$ 14.700,00
12	Garrafa, tipo "squeeze".	UND	1000	ECOPLAST	R\$ 13,70	R\$ 13.700,00
ITEM III KIT P/ CRIANÇAS DO 1º, 2º E 3º ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Apontador com depósito.	UND	1500	GATTE	R\$ 1,32	R\$ 1.980,00
2	Lápis de cor 24 cores	Cx	1500	Make	R\$ 21,80	R\$ 32.700,00
6	Lápis grafite.	UND	5000	MAKE	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
7	Régua escolar 30cm.	UND	1000	MAKE	R\$ 2,99	R\$ 2.990,00
8	Caneta hidrográfica.	UND	1000	GATTE	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00
10	Caderno escolar pautado.	UND	6000	MAXIMA	R\$ 15,80	R\$ 94.800,00
ITEM IV KIT P/ CRIANÇAS DO 4º, 5º e 6º ANOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7	Caneta esferográfica azul.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
8	Caneta esferográfica preta.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
9	Caneta esferográfica vermelha.	UND	1000	COMPACTOR	R\$ 0,80	R\$ 800,00
14	Caderno universitário uma matéria.	UND	3000	MAXIMA	R\$ 16,60	R\$ 49.800,00
15	Caderno de desenho.	UND	1000	MAXIMA	R\$ 15,44	R\$ 15.440,00
ITEM VI KIT P/ EJA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	Borracha branca com cinta.	UND	200	MAKE	R\$ 2,30	R\$ 460,00
13	Marcador de texto.	CJ	250	GATTE	R\$ 14,60	R\$ 3.650,00
14	Calculadora de bolso.	UND	150	GATTE	R\$ 11,30	R\$ 1.695,00
ITEM XII KIT P/ PROFESSORES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Apagador para quadro branco.	UND	100	GATTE	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
4	Marcador para quadro branco azul.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
5	Marcador para quadro branco preto.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
6	Marcador para quadro branco vermelho.	UND	300	MAKE	R\$ 8,90	R\$ 2.670,00
TOTAL GERAL						R\$ 278.925,00

4.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A aquisição de **materiais de escritório** e **materiais escolares** para a **Secretaria Municipal de Educação** e as **escolas da Rede Municipal de Educação de Apiacá** deve ser baseada no cumprimento das exigências legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 14.133/2021, que regulamentam as compras públicas e a utilização de recursos públicos.

A Constituição Federal, em seu **art. 37**, estabelece princípios para a administração pública que devem ser seguidos em todos os atos administrativos, incluindo a aquisição de materiais. Estes princípios da **legalidade**, **impressoalidade**, **moralidade**, **publicidade** e **eficiência**. A aquisição de materiais deve buscar o melhor custo-benefício, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais eficiente possível, com o objetivo de atender às necessidades educacionais e administrativas da Secretaria e das escolas.

A **Lei nº 14.133/2021** foi sancionada para modernizar e unificar as normas sobre licitações e contratos administrativos, substituindo a Lei nº 8.666/1993. Embora o processo de licitação ainda seja regido por muitas das diretrizes da antiga lei, a nova lei traz mudanças significativas no que diz respeito à **agilidade**, **eficiência** e **inovação** nas contratações públicas.

- **Art. 1º:** Estabelece que a contratação de materiais pela administração pública deve ser realizada de maneira que atenda aos princípios da **legalidade**, **impressoalidade**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a escolha do fornecedor mais capacitado e a utilização dos recursos públicos de forma responsável.

- **Art. 5º:** Determina que a contratação deve ser precedida de um **planejamento adequado**, considerando a necessidade do órgão ou entidade pública e a adequação do objeto a ser adquirido, seja para atividades administrativas ou educacionais.
- **Art. 58:** Regula as condições de execução do contrato, assegurando que o fornecedor cumpra os termos acordados, como a entrega dos materiais dentro do prazo e em conformidade com as especificações.

A **Lei Complementar nº 101/2000**, conhecida como **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, estabelece regras para a gestão fiscal, incluindo o controle de gastos públicos e a transparência no uso de recursos.

- **Art. 14:** A LRF exige que a administração pública adote medidas para garantir a transparência na execução do orçamento, incluindo a aquisição de materiais. Portanto, a compra de materiais de escritório e escolares deve estar alinhada ao planejamento orçamentário aprovado e deve ser realizada de forma eficiente e dentro dos limites estabelecidos para cada exercício financeiro.
- **Art. 16:** Determina que a execução do orçamento seja realizada de acordo com as necessidades de cada órgão, o que inclui a necessidade de aquisição de materiais para garantir a continuidade dos serviços educacionais e administrativos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A presente aquisição por **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025-CONLESTE, EDITAL Nº 024/2024-CONLESTE, PREGÃO Nº 025/2024-CONLESTE, Processo Administrativo nº 097/2024-CONLESTE**, firmada entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL NORTE E LESTE MARANHENSE - CONLESTE MARANHENSE** e a Empresa – **ALEA COMERCIAL LTDA**.

6.FISCALIZAÇÃO

A fiscalização é de responsabilidade dos funcionários listados a seguir que forma designados para tal função:

NOME	FUNÇÃO	DECRETO/PORTARIA
FERNANDA RAMOS PEREIRA	Secretária Municipal de Educação	Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025
ADALGE SILVA MONTEIRO	Coordenadora da Merenda Escolar	Portaria Nº 026/2017 de 02 de janeiro de 2017.
RONILSON MACHARETE DE ANDRADE	Coordenador do Transporte Escolar	Portaria Nº 1.208 de 09/03/2022

Os responsáveis pela fiscalização do futuro certame, registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cujas cópias serão encaminhadas a licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

7. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como prazo de validade; data da emissão; dados do contrato e do



órgão contratante; período de execução do contrato; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

O pagamento será efetuado no prazo estimado de 30(trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DO FORNECEDOR

A aquisição por **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025-CONLESTE, EDITAL Nº 024/2024-CONLESTE, PREGÃO Nº 025/2024-CONLESTE, Processo Administrativo nº 097/2024-CONLESTE**, firmada entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL NORTE E LESTE MARANHENSE - CONLESTE MARANHENSE** e a Empresa – **ALEA COMERCIAL LTDA**.

O regime será o de fornecimento parcelado ou conforme demanda, com entregas programadas de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das escolas da rede municipal, conforme definido no Termo de Referência.

O contrato poderá prever:

- Entrega em mais de uma etapa, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação;
- Responsabilidade do fornecedor pelo transporte e entrega dos itens, em locais previamente designados;
- Aplicação de penalidades contratuais em caso de atrasos ou descumprimentos, conforme legislação vigente e cláusulas contratuais.

Condições para Participação:

- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação técnica e capacidade operacional compatíveis com o objeto contratado;
- Atendimento às condições de conformidade com a legislação ambiental e de sustentabilidade, quando aplicável;

9.LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE ENTREGA

A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Capitão Santinho nº 17 - Apiacá/ES e demais locais dentro do limite territorial do município de Apiacá, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

As entregas deverão ser realizadas dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Compras, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas.

A quantidade deverá estar em conformidade com a ordem de compra emitida;

A especificação deverá estar em conformidade com o item referenciado e licitado, devidamente informados na Ordem de Compra;



O CONTRATANTE se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem ao que foi estabelecido no presente termo e no contrato e/ou que não estejam adequados para o uso, adequando a liquidação, atesto e pagamento as quantidades recebidas definitivamente.

10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A unidade requisitante verificará, junto ao setor de contabilidade/ planejamento orçamentário, a **existência de saldo suficiente** para atender à despesa prevista com a contratação, observando o princípio da **responsabilidade fiscal**.

Compete à Contratada:

- Cumprir o prazo de entrega do objeto, nas mesmas condições exigidas, não podendo este prazo exceder a 15 (quinze) dias após a data da Autorização de Fornecimento, sob pena da empresa contratada ser notificada pelo Município de Apiacá - ES, em caso de descumprimento do mesmo;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Município de Apiacá - ES;
- Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Compete à Contratante:

- Efetuar o pagamento do preço apurado no certame;
- Definir o local e o prazo para a entrega dos produtos;
- Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.

Índice De Reajuste:

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece regras gerais para licitações e contratos administrativos, incluindo questões de reajuste de preços. O **índice de reajuste** deve ser definido no contrato, nesse sentido seguiremos os seguintes princípios:

- ✓ O índice de reajuste a ser utilizado será o **IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)**.
- ✓ A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o reajuste não pode ocorrer de maneira indiscriminada, devendo ser vinculado à variação dos custos e índices previamente acordados, e levando em conta a necessidade de balanceamento entre as partes para garantir a manutenção da proposta contratual sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

Apiacá, ____ de _____ de 2025.

FERNANDA RAMOS PEREIRA
Secretária Municipal de Educação de Apiacá – ES
Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025